

# Política

CONSTITUINTE

## DIREITO À PROPRIEDADE: NOVA TENTATIVA.

O acordo para que as votações continuem foi conseguido por Ulysses Guimarães. Ontem, o Centrão se dividiu e deixou o plenário.

### “Traidores do povo”? Há indignação contra essa enxurrada de cartazes.

A Polícia Federal anuncia para hoje o início das investigações sobre a autoria da concepção e distribuição dos cartazes acusando 27 constituintes de “traidores do povo”, por apoiarem as teses do Centrão. No ABC paulista, fontes da CUT revelaram que serão providenciadas novas remessas desses cartazes aos sindicatos filiados e, em Brasília, parlamentares atingidos reagiram indignados, alguns, como o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, prometendo “enfrentar de metralhadora” os responsáveis.

Gastone Righi, visivelmente transtornado, considerou inadmissível aceitar as distribuições dos cartazes com sua foto, nome e telefone. E fez a advertência de sua possível reação em plenário — em meio a palavrões ofensivos aos dirigentes da CUT — dirigindo-se diretamente ao líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, que, segundo relato de vários constituintes, ouviu a admoestação em silêncio.

Mais tarde, em uma roda de jornalistas, Gastone continuou seu protesto, afirmando que “São Paulo tem 12 milhões de pessoas, e, certamente, dois mil doídos. Se acontecer alguma coisa contra minha mulher ou filhos, vou enfrentar esses f.d.p. de metralhadora. Se quiserem que venham falar comigo, mas isso não está certo”.

Outra que reagiu com muita irritação foi a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), integrante do “grupo dos 32” e também incluída no cartaz da CUT. “Não sou do Centrão nem voto a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Os que estão lá e votam pelos cinco anos não são, porém, traidores do povo. Tem sua opinião e plena liberdade de expressá-la”, disse ela, acrescentando:

“O que esses supostos líderes da CUT e do Sindicato dos Bancários estão fazendo é política marrom, que vive da infâmia, da calúnia, do engano... Estão enganando sua própria gen-

te. Que liderança sindical é essa que dá informações que não são verdadeiras a seus liderados?”

Já o deputado Ricardo Izar (PFL-SP) fez um apelo da tribuna para que seu nome também fosse incluído nos cartazes. “Sou do Centrão e é graças ao Centrão que está havendo esses entendimentos aqui.” Depois, Izar quis saber “de onde veio o dinheiro (dos cartazes), uma fortuna incalculável; veio da Albânia, da Alemanha Oriental ou de Cuba?”

Na Polícia Federal, por ordem do seu diretor-geral, Romeu Tuma, foi aberto inquérito preliminar, ontem, com prazo de 30 dias para levantar os envolvidos, e as investigações começam hoje. Tuma, assim, atendeu a pedido do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que, por sua vez, atendeu a pedido do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Enquanto a PF investiga, no ABC a CUT estadual se agita diante da “forte demanda” pelos cartazes. A demanda é tão grande que uma segunda tiragem está sendo planejada, embora ainda não esteja confirmada oficialmente. Na primeira tiragem, foram impressos 200 mil cartazes no Sindicato dos Bancários de São Paulo. A orientação da CUT é que a distribuição de cartazes semelhantes se estenda por todo o País — além de São Paulo está sendo feita em Brasília e no Rio de Janeiro.

O presidente da CUT estadual, Jorge Coelho, chegou a distribuir nota criticando Ulysses Guimarães por sua posição contrária afirmando que “a CUT não se intimidará diante dessa campanha desenvolvida pelos poderosos”. E o presidente dos metalúrgicos de São Bernardo, Benedito Paulo da Silva, justificou: “A pretensão é investir nesse negócio. Já que não muda a cabeça dos parlamentares, pelo menos tentaremos mudar a cabeça da comunidade, para saber em quem votar nas próximas eleições”.



Ricardo Izar: “E eu?”

### Uma ameaça do PMDB à força do Centrão

O Centrão deixará de ser força majoritária na Constituinte. Pelo menos é o que espera o presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, depois que o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que diz liderar cerca de 40 parlamentares de um grupo autodenominado centro-democrático do PMDB, solicitou-lhe uma audiência para comunicar que o grupo voltará a seguir a liderança do partido nas votações e não mais a do Centrão.

De acordo com Ulysses, Expedito Machado não lhe adiantou de que forma o grupo se comportará com relação a pontos mais polêmicos, como mandato presidencial ou sistema de governo. Isso,

entretanto, não preocupa o presidente, uma vez que eles pretendem comprometer-se com a tendência de votação da liderança.

Já Expedito diz que o grupo quer ter maior expressão nas votações de matérias constitucionais do Centrão e deseja espaço no encaminhamento e no momento de negociações anterior às votações.

Um dos líderes do Centrão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), procurou advertir a dissidência no grupo:

— O Centrão tem um objetivo definido, que é a Constituinte, enquanto o centro-democrático, que é anterior ao Centrão, tem propósitos partidários.

O impasse que vem paralisando as votações na Constituinte desde sexta-feira deve terminar na sessão de hoje à tarde, quando entrará em pauta, pela última vez, a emenda do Centrão sobre o direito de propriedade: ontem à noite, em seu gabinete no Palácio do Planalto, Ulysses Guimarães conseguiu promover um acordo entre líderes do Centrão e do grupo do senador Mário Covas.

O acordo garante o direito de propriedade “sem prejuízo do direito social” e a desapropriação se processará com indenização prévia em dinheiro, resguardados os itens da reforma agrária previstos na Constituição.

Esse acordo, na verdade, tinha sido acertado na quinta-feira, mas depois o Centrão se dividiu e criou o impasse, negando quórum nas duas últimas votações.

Na sessão de ontem, os líderes centristas Gastone Righi (PTB-SP) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) comandaram a retirada do plenário de 80 representantes do grupo, mas outros 65 se rebelaram e preferiram ficar. Desse, 27 votaram contra a emenda do Centrão, 21 se abstiveram e só 17 se manifestaram a favor.

Na verificação de quórum inicial havia 323 parlamentares em plenário, e foi aberto o processo de votação, para desespero dos líderes do Centrão, que precisavam de 280 votos para aprovar sua emenda — quórum que evidentemente não tinham. A votação registrou 22 votos a favor, 196 contra e 32 abstenções, com um total de 250 votantes.

Com o resultado, que provocou numerosos protestos em plenário, a sessão foi encerrada pouco depois das 17 horas, adiando-se para esta tarde a votação da matéria.

Após ouvir os protestos do deputado Edésio Frias (PDT-RJ), que lembrou o resultado da verificação de quórum, o líder governista Carlos Sant’Anna (PMDB-BA) foi ao microfone para declarar que a retirada de plenário é um processo antigo nos Parlaentos de todo o mundo. Já o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) protestou por ter o presidente da sessão, Mauro Benevides (PMDB-CE), chamado Sant’Anna de líder, o que significava que a Mesa admitia a existência de um líder do governo na Constituinte, circunstância que a seu ver coloca os trabalhos sob suspeição.

O convencimento de deixar o plenário não foi fácil. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-

BA), filho do ministro das Comunicações, não quis auxiliar na tarefa: “Essa estratégia vai desagradar a opinião pública”. O líder José Lourenço (PFL-BA) chegou a ouvir uma resposta mais enérgica do deputado Eivaldo Gonçalves (PFL-PB), ao tentar tirá-lo do plenário: “Estou aqui para votar e vou votar” — disse ele, sob aplausos de alguns constituintes de esquerda.

**O acordo**

Segundo o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que também participou da reunião do Palácio do Planalto, o acordo entre as lideranças é resultado da fusão das emendas de vários grupos da Constituinte, preparada pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE). A única alteração, segundo o deputado José Geraldo (PMDB-MG) foi a substituição da expressão “garantido o direito de propriedade subordinado ao interesse social” para “garantido o direito de propriedade sem prejuízo do bem-estar social”.

O Centrão não aceitava a “subordinação” ao interesse social, enquanto a esquerda não aceitava a indenização em dinheiro.

Firmado o acordo, o presidente Ulysses Guimarães ficou eufórico, afirmando que agora só faltam três pontos polêmicos a serem votados: estabilidade no emprego, mandato presidencial e regime de governo.

— Resolvida a questão da estabilidade, a votação da Constituição se fará rapidamente e sem dificuldades até a votação do mandato presidencial, nas disposições transitórias.

— Questões como acesso aos bancos de dados a qualquer cidadão, a democracia participativa, a vinculação da propriedade à sua função social, entre outras coisas, são exemplo disso.

Apesar disso tudo, após o carnaval ele pretende marcar votações para os sábados e domingos.

Mas o acordo sobre a estabilidade no emprego não vai ser tão fácil. Ainda ontem, o deputado Newton Friedrich (PMDB-PR), membro do Movimento Unidade Progressista, anunciou que esse é o único ponto em que os trabalhadores não cedem. “Já houve, por parte dos sindicalistas e dos constituintes que defendem posições mais avançadas, um recuo em relação a posições anteriores. Mas, não dá”.

— Se não houver uma evolução na área social, não adiantou de nada ter feito a Constituinte.

### DESTAQUE POLÍTICO

**Portela não está mais secretário**

Acusando o governador Moreira Franco de “antético” e de tentar sabotá-lo e demitilo através de notas distribuídas a “colunistas amigos”, o secretário da Cultura do Rio, Eduardo Portela, entregou ontem seu pedido de demissão, onde reclama ainda da falta de diálogo, irritado, com os termos da carta, Moreira Franco comunicou apenas que aceitou a demissão e tratará da sucessão após resolver o problema das enchentes. A nomeação do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães é tida como certa (Moreira Franco já teria mandado sondar o ex-ministro, apesar de ter desmentido essa possibilidade no domingo). Com a indicação de Raphael de Almeida Magalhães, Moreira Franco estaria dando um primeiro passo para solucionar a candidatura do PMDB à prefeitura do Rio. Raphael poderia ser o candidato, se conseguisse o apoio do prefeito Saturnino Braga.

Apesar da reação de Newton, a oposição a seu governo dentro do PMDB aumenta até mesmo no interior do estado, onde prefeitos peemedebistas já se rebelam contra suas ordens e ameaçam mudar de legenda só para se verem livres do governador. Os prefeitos estão articulando uma “frente mineira contra o governo estadual”, conforme definiu o prefeito de Congonhas, Gualter Monteiro, e já contam com o apoio de 12 deputados federais, 14 estaduais e 50 prefeitos do PMDB.

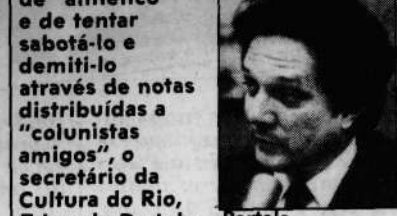
**A crise do PMDB**

Embora o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, esteja disposto a adiar a reunião do Diretório Nacional, marcada para o dia 24 próximo, para depois da promulgação da nova Carta (nessa convenção poderia ser formalizado um “racha” no partido), o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse ontem que até o momento não foi procurado por Ulysses, ou por qualquer outro diretor do partido, com uma proposta naquele sentido. Conforme Covas, o Diretório foi autoconvocado por 41 de seus 120 integrantes e a reunião só não se realizará se os requerentes desistirem.

No entanto, de certo mesmo quanto ao “racha” é que ele ficará limitado, pelo menos imediata-

**Medalha para Figueiredo?**

A concessão da Medalha Anistia e do Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo é o assunto que está mobilizando vereadores da situação e da oposição, na Câmara paulistana. Quem deve receber a homenagem até o final do mês é o ex-presidente João Baptista Figueiredo. A barracada da oposição já foi armada. O vereador Armando Madeira, do PMDB, levantou na semana passada uma questão de ordem à presidência da Câmara: quer saber por que não se respeita a Lei Orgânica dos Municípios, que exige a aprovação por 2/3 dos vereadores de “concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem”. Os vereadores janistas reatam: “A medalha vem sendo concedida há anos sem votação, inclusive pelos vereadores da oposição”. Para Naylor de Oliveira, do PDS, “a questão só acabou levantada porque o próximo homenageado se trata do general Figueiredo. Ninguém pensou na parte legal quando se deu a medalha ao João da Venda ou ao presidente de um clube. Na hora em que se propõe uma homenagem ao general Figueiredo, os cabelos da moçada levantam-se todos, ficam arrepiados”. Oliveira terminou seu aparte com uma advertência: “Esse mundo dá muitas voltas. Os generais já pintaram e olharam aqui e não custa nada voltarem, com o governo que v. exas. entregaram a esse país. Não demora muito não!”



Magalhães

**Alvaro Dias contestado**

O governador Alvaro Dias, do Paraná, acusou os militantes petistas que demitiu da Acarpa-Emater de “vadios e corruptos”. E ontem recebeu a resposta da Comissão Executiva do PT que, em nota oficial, afirma que as acusações não foram provadas e demonstram “um procedimento mesquinho, autoritário, demagógico e partidário de um governo que se pinta com as cores da democracia, da transparência e da honestidade”.

**Apoio à CNBB**

A Câmara Municipal de Adamantina aprovou por unanimidade de uma moção de apoio ao presidente da CNBB, Luciano Mendes de Almeida, a propósito de documento recente da entidade apontando corrupção no governo Sarney. Segundo a Câmara, o documento reflete fielmente a realidade brasileira ao apontar a corrupção e ao afirmar que “há um sentimento de frustração nacional com o processo de transição democrática e com a nova Constituição”.

**Eunápolis emancipado**

O povoado baiano de Eunápolis — tido como o maior do mundo, com 140 mil habitantes — aprovou ontem, em plebiscito, sua emancipação política e deve ser desmembrado dos municípios de Santa Cruz, Cabralia e Porto Seguro.

mente, à saída de sete ou oito parlamentares, integrantes do grupo mais à esquerda, o Movimento de Unidade Progressista — MUP. Entre outros que devem sair do partido estão o deputado Fernando Lyra (PE), o senador gaúcho José Carlos Bisol e os deputados Cristina Tavares (PE), José Carlos Sabóia (MA), Paulo Ramos (RJ), Célio Castro, Carlos Mosconi, Otávio Eliseo e Carlos Cotta — os quatro últimos de Minas Gerais.

**PT do B**

Não se trata de uma dissidência do PT, como pode até parecer, à primeira vista, mas do PTB. Se existe um PTB — Partido Trabalhista Brasileiro —, por que não um PT do B?, pergunta-se Caetanó Matano Júnior, de São Paulo, disposto a fundar o Partido Trabalhista do Brasil. Seu primeiro passo, porém, não será exatamente fortalecer sua dissidência, mas tentar acabar com o concorrente: hoje, em Brasília, Matano vai pedir, junto ao TSE, nada menos que a anulação do registro nacional do PTB. Assim, nem precisaria da sigla nova.

## MANIFESTO PELOS QUATRO ANOS

Os Deputados Estaduais do PMDB que subscrevem este documento, traduzindo a vontade da maioria dos paulistas que exige uma definição imediata sobre a gravidade do momento histórico que vivemos, reiteram sua posição clara e firme por eleições diretas para a Presidência da República em 1988.

Repudiamos todas as formas de favorecimento e clientelismo, remanescentes da ditadura, que persistem no governo federal em troca do mandato de 5 anos para o Presidente Sarney.

É imperioso que a sociedade se mobilize para pressionar os seus Constituintes no sentido de neutralizar essa prática nefasta e imoral.

Conclamamos as lideranças e todos os companheiros do PMDB a engrossarem a fileira dos que exigem eleições presidenciais em 1988, única maneira de manter hasteadas as bandeiras do Partido.

Expressamos a certeza de que este é um momento que impõe coragem e decisão. Eleger diretamente o dirigente maior da Nação, este ano, é a saída política para a solução da crise econômica e social que perverte as condições de vida do nosso povo.

Há quatro anos, São Paulo mostrou ao Brasil o caminho a seguir. É hora de fazê-lo novamente.

São Paulo, 04 de fevereiro de 1988

- |                                 |                                 |
|---------------------------------|---------------------------------|
| Deputado Adilson Monteiro Alves | Deputado Vanderlei Macris       |
| Deputado Edinho Araújo          | Deputado Waldemar Chubbacci     |
| Deputado Fernando Leça          | Deputado Waldyr Trigo           |
| Deputada Guiomar de Mello       | Deputado Walter Lazzarini       |
| Deputado Luiz Máximo            | Deputado Mauro Bragatto         |
| Deputado Nelson Nicolau         | Deputado Aloysio Nunes Ferreira |
| Deputado Rubens Lara            | Deputado Carlos Apolinário      |
| Deputado Tonca Falsetti         |                                 |

Coordenador do manifesto - Lawrence Pih



Newton Cardoso: buscando novos apoios.

**A reação de Newton**

Para compensar o crescente desprestígio dentro do próprio partido, o PMDB, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, começou a avançar sobre setores mais à direita da política mineira. Tanto que na semana passada ele convidou o ex-senador biônico do PDS, Murilo Badaró, para o cargo de assessor no Palácio da Liberdade, e indicou o deputado estadual Samir Tannus, ex-líder do PDS na Assembleia Legislativa, para secretário do Trabalho — uma Pasta controlada por militantes do MR-8.